

Ana Silvia Volpi Scott

***As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil
(décadas de 1820-1930)***

**Paper apresentado ao: Congreso de Historia Económica de
Zaragoza, 2001**

SESION: LAS MIGRACIONES A AMERICA

Organizadores:

Vicente Pérez Moreda
Universidad Complutense

Blanca Sánchez Alonso
Universidad San Pablo-CEU
Fac. de Ciencias Económicas y Empresariales
(Primeira Versão: Dzembro de 2000)

As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)[♦]

Ana Silvia Volpi Scott^{*}

Embora a estreita e histórica ligação entre Portugal e Brasil tenha sido construída com base, primeiro numa relação política e econômica desigual entre metrópole e colônia e, mais tarde, na condição de estados independentes, alguns aspectos desta co-existência ainda são pouco explorados e merecem uma abordagem mais aprofundada e sistemática. Entre as lacunas mais surpreendentes que podem ser encontradas na produção bibliográfica luso-brasileira está o estudo imigração portuguesa para o Brasil, embora a entrada de elementos naturais daquele país, desde os inícios da colonização, até meados do século XX tenha deixado marcas indeléveis na evolução da sociedade brasileira.

Mais estranheza ainda, causa-nos a constatação de que o período compreendido entre os meados do século XIX e primeiras décadas do século XX o Brasil (como de resto outras áreas do continente americano) foi palco de uma entrada maciça de imigrantes estrangeiros, italianos, alemães, espanhóis, japoneses, além, obviamente de imigrantes naturais de Portugal, e que estas outras nacionalidades contam com um grande volume de estudos, ao contrário do que se dá em relação à imigração portuguesa.

A constatação desta escassez de estudos sobre a imigração portuguesa para o Brasil não é nova e tem sido referida por diversos autores, pois já em meados da década de oitenta Maria Beatriz Nizza da Silva apontava a falta de estudos sobre o tema, tanto na produção historiográfica lusa quanto na brasileira (Silva 1984).

Quase uma década depois, no colóquio realizado em Portugal sobre Emigração/Imigração um dos textos argumentava que, embora a produção em torno da imigração para o Brasil fosse ampla, só mais recentemente a imigração ibérica vinha chamando a atenção dos pesquisadores (Matos 1993):218. A mesma autora afirmava ainda que, no caso da produção historiográfica sobre a imigração em São Paulo, percebia-se o enfoque privilegiado de certos grupos (italianos e japoneses), de modo que inexistiam trabalhos monográficos sobre os portugueses, sua vida quotidiana a sua atuação no mundo do trabalho etc (Matos 1993):219.

Entretanto o vazio relativo a estudos sobre a imigração portuguesa parece ter começado a atenuar-se, e podemos perceber, através de diversas referências recentes o interesse que o tema tem vindo a despertar entre os pesquisadores recentemente.

Horacio Gutiérrez, por exemplo, procedeu um levantamento sobre as teses brasileiras em História Demográfica apresentadas a instituições de todo o Brasil, e encontrou entre os mais de duzentos títulos listados 42 referências relacionados à imigração (pouco mais de 20% do total). Encontramos cinco estudos voltados à comunidade portuguesa (Frutuoso 1990; Ribeiro 1987; Santos 1993a; Santos 1993b; Silva 1991) e, embora eles ainda estejam em minoria, se comparados a outras nacionalidades (dez das teses diziam respeito à população de origem italiana, seis sobre os alemães, estando apenas à frente dos quatro títulos sobre japoneses, fica claro que a partir da década de 1990 houve um crescente interesse sobre esta problemática.

[♦] Uma versão deste trabalho está em curso de publicação na revista Oceanos (Portugal).

^{*} Profa. Visitante no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá – (Paraná/Brasil) e Investigadora do NEPS (Núcleo de Estudos de População e Sociedade) Universidade do Minho (Portugal) – e-mail: asvscott@uol.com.br

Infelizmente a dispersão da produção pelas diversas universidades dificulta o acesso a estes trabalhos.

Vale destacar também o recente número da revista do Arquivo Nacional, que dedicou todo um volume ao tema da Imigração(1997a) e alguns dos artigos tem um real interesse para o investigador, seja por apresentar um arrolamentos de fontes, seja por tratar diretamente da questão que nos ocupa de imediato que é a imigração portuguesa¹.

Por outro lado, se constatamos uma carência de estudos sobre a imigração portuguesa, a pergunta seria: o que explica esta lacuna?

Em nossa opinião, abordar o fenômeno imigratório português para o Brasil é uma tarefa que comporta dificuldades que vão além daquelas que normalmente os estudiosos encontram ao privilegiar o estudo de grupos imigrantes de outras nacionalidades. Algumas hipóteses explicativas afiguram-se possíveis.

Parece-nos, inicialmente, que nem sempre os portugueses utilizavam os mesmos mecanismos de inserção na sociedade receptora que eram empregues pelos outros imigrantes estrangeiros. O fato de dominarem a língua do país de acolhimento lhes conferia uma certa autonomia e vantagem em relação aos demais.

Um outro fator que deve ser levado em consideração, e que explicaria também outros mecanismos de inserção da população de origem portuguesa, é a própria rede informal de solidariedade e amizade que funcionava entre eles. Os conterrâneos que já estavam integrados na sociedade de acolhimento mantinham contactos com aqueles que se dirigiam à nova terra e que, com isso, poderiam dispor do auxílio dos compatriotas na busca das primeiras acomodações e da primeira oportunidade de trabalho. Isto permite que suponhamos que uma parcela dos recém-chegados não passasse pelos canais normais de recepção e encaminhamento destinados aos imigrantes estrangeiros como, por exemplo, a Hospedaria dos Imigrantes, instalada no bairro do Brás em São Paulo.

Acresça-se ainda o fato de que a maioria dos imigrantes de outras nacionalidades dirigia-se, no caso de São Paulo, às fazendas de café no interior do Estado de São Paulo, enquanto que o imigrante português muitas vezes optava por dedicar-se a outras atividades, principalmente o comércio, o que os conduzia com frequência a instalar-se em áreas urbanas. As histórias da vinda de caixeiros para o Brasil integrados a uma rede comercial e de parentesco transatlântica foi um tema tratado pela recente historiografia portuguesa².

Além disso, uma vez absorvidos pela comunidade, praticamente não deixavam rastros fáceis de serem recuperados, pois tornava-se virtualmente impossível distingui-los da população brasileira em geral, e identificá-los positiva e individualmente como portugueses, devido à semelhança dos nomes próprios e de família que compartilhavam com a população brasileira..

Alguns dados recolhidos na documentação compulsada podem comprovar estas hipóteses. Assim, no relatório da Inspeção do Porto de Santos, órgão instalado em finais de 1907, que dava conta de que dos 1152 portugueses que desembarcaram em Santos, apenas 199 dirigiram-se à Hospedaria dos Imigrantes (17%). Por outro lado, dos 1173 espanhóis desembarcados no mesmo período, 77% foram enviados à Hospedaria,

¹ (1997b; Menezes 1997; Peres 1997; Ribeiro 1997; Silva 1997a; Silva 1997b)

² Veja-se, por exemplo, no importante trabalho de (Rowland 1998), o tratamento dado pelo autor a esta questão.

como também mais de 40% dos imigrantes originários da Itália³ Isto demonstra que outras eram as estratégias de inserção dos imigrantes portugueses, e estes percursos diferenciados dificultam o estudo do tema.

Algumas fontes também podem confirmar as nossas hipóteses sobre o destino dos portugueses, quando optavam por não passar pelos canais normais de acolhimento dos imigrantes. Enquanto que a maioria dos outros imigrantes seguiam para as fazendas no interior do estado de São Paulo, onde seriam encaminhados à sua nova vida, na lida do café, os portugueses utilizando-se dos contatos com amigos e parentes.

Mas, uma vez instalados nas cidades, como identificá-los? O estudo dos imigrantes portugueses deve procurar fontes que permitam recuperar a trajetória destes indivíduos, que de outra forma estarão diluídos na população brasileira em geral.

Assim, tratar o problema da imigração portuguesa para o Brasil comporta um nível de dificuldade maior, que não só pode explicar a carência de estudos sobre o tema como sugere que outras metodologias e fontes sejam utilizadas.

*

Colocadas estas questões gerais, nossa reflexão sobre o problema da imigração portuguesa para o Brasil, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, incidirá inicialmente na abordagem geral sobre a entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil, entre eles os Portugueses, e num segundo momento, privilegiará especialmente a região da Província e mais tarde Estado de São Paulo, que juntamente com o Rio de Janeiro formavam os grandes centros acolhedores destes imigrantes.

Toda a discussão que se seguirá tomou como pontos referenciais tanto informações provenientes da produção bibliográfica disponível, como socorreu-se de dados recolhidos em fontes primárias (depositadas seja no Divisão do Arquivo Público do Estado de São Paulo – DAESP-, seja no Museu do Imigrante, que abriga toda a documentação da antiga Hospedaria do Imigrantes) bem como dados estatísticos provenientes de publicações vinculadas aos órgãos oficiais do governo ligados ao acolhimento dos imigrantes.

A escolha de São Paulo como palco de uma análise mais aprofundada parece clara, na medida em que constitui a região em que a expansão da lavoura cafeeira, a partir de meados do século XIX, propiciou a necessidade de braços que sustentassem o crescimento vertiginoso da produção daquele gênero. A cessação do tráfico negreiro em 1850 colocou os fazendeiros paulistas diante da questão da substituição da mão-de-obra escrava africana pela introdução do trabalhador livre. Este é o contexto que explica a massa de imigrantes das mais diversas nacionalidades acolhidos em território paulista.

Tornou-se tão premente a questão da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado que, já a partir de 1858, foram apresentados vários projetos à Assembléia Legislativa Provincial visando a formação de núcleo coloniais oficiais onde os imigrantes pudessem se instalar. Para viabilizar o surgimento destes núcleos o Governo Imperial, através do Decreto nº 6129, de 23 de Fevereiro de 1876, criou a Inspeção Geral de Terras e Colonização.

Herbert Klein fez uma análise da política de imigração do governo brasileiro, que variou muito ao longo dos séculos XIX e início do XX e uma análise da evolução da política imigrante brasileira pode ser resumida em três modelos básicos de atuação.

³Fonte: S. Manuscritos – Fundo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Inspeção de Imigração no Porto de Santos. Nº de Ordem C09824 – Movimento Migratório (1907-1911).

Segundo Klein, num primeiro momento (até a primeira metade do século XIX), dada a oferta praticamente ilimitada de escravos africanos, o governo do Brasil Imperial expressava um interesse apenas moderado em promover a imigração estrangeira. Entretanto, na metade do século, com a perspectiva do fechamento do tráfico negreiro no Atlântico, o governo imperial começou a levar em consideração também a possibilidade de usar mão-de-obra do imigrante europeu nas plantações de café. Registramos então a segunda linha de ação política do governo.

Ainda, de acordo com o mesmo autor, às vésperas da abolição final da escravatura (13/05/1888), iniciou-se uma terceira política, a da imigração subsidiada, para proporcionar trabalhadores livres em grandes quantidades, que substituíram os escravos (Klein 1994):11.

Portanto, a questão da imigração estrangeira foi um tema importantíssimo para o Império brasileiro principalmente a partir de meados do século XIX, como continuou na pauta da política brasileira após a implantação da República, em 1889, até pelo menos a década de 1930. O estudo da imigração portuguesa para o Brasil neste contexto é, pois, um tema de extremo interesse e deve ser melhor explorado.

O avanço numérico da imigração estrangeira para o Brasil pode ser avaliado, inicialmente, através de dados reunidos para o período entre 1880 e 1900. Estes indicadores apontam a entrada de quase 1.700.000 mil imigrantes oficialmente registrados. Destes, 59% eram italianos, 20% eram portugueses e 12% eram espanhóis.

Quadro 1 – Imigração estrangeira para o Brasil (1880-1900)

Ano	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Outros	Total
1880	12101	12936	1275	2835	1658	30355
1881	3144	2705	2677	1851	1171	11548
1882	10621	12428	3961	1804	775	29589
1883	12509	15724	2660	2348	774	34015
1884	8683	10502	710	1719	1960	23574
1885	7611	21765	952	2848	1548	34724
1886	6287	20430	1617	2114	2202	32650
1887	10205	40157	1766	1147	1657	54932
1888	18289	104353	4736	782	3910	132060
1889	15240	36124	9712	1903	2186	65165
1890	25174	31275	12008	4812	33550	106819
1891	32349	132326	22146	5285	23133	215239
1892	17797	55049	10471	800	1789	85906
1893	28986	58552	38998	1368	4685	132589
1894	17041	34872	5986	790	1493	60182
1895	36055	97344	17641	973	12818	164831
1896	22299	96505	24154	1070	13395	157423
1897	13558	104510	19466	930	6402	144866
1898	15105	49086	8024	535	4112	76862
1899	10989	30846	5399	521	5855	53610
1900	8250	19671	4834	217	4835	370807
Total	332293	987160	199193	36202	129908	1684756
%	20	59	12	2	8	100

Fonte: Klein, 1994:31

É nítida a escalada da imigração. Uma imigração composta em sua maioria por indivíduos de origem italiana, seguida à distância pelos imigrantes de origem portuguesa. O crescimento da imigração está vinculado, obviamente, à política de subsídio aos imigrantes. Klein afirma que os imigrantes subsidiados continuaram a representar pelo menos um terço dos trabalhadores estrangeiros que se dirigiam para São Paulo (Klein,

1994:33). Dados coletados, relativos a entrada de imigrantes subsidiados em São Paulo indicam o peso relativo deste contingente.

Henrique Doria de Vasconcellos arrolou dados anuais sobre os números de imigrantes espontâneos e subsidiados que remontam aos finais do século XIX, alcançando o ano de 1936.

Quadro 2 - Imigrantes Subsidiados e Espontâneos entrados em São Paulo entre 1887 e 1936

Anos	Subsidiados	Espontâneos	Total/Anos
1887	-	32.112	32.112
1888	45.697	46.389	92.086
1889	22.886	5.007	27.893
1890	31.816	6.475	38.291
1891	107.536	91.183	108.736
1892	40.973	1.088	42.061
1893	77.969	3.776	81.745
1894	34.092	14.855	48.947
1895	114.769	25.229	139.998
1896	74.918	24.092	99.010
1897	70.053	28.081	98.134
1898	27.214	19.725	46.939
1899	16.664	14.551	31.215
1900	11.109	11.693	22.802
1901	49.599	22.183	71.782
1902	19.311	21.075	40.386
1903	229	17.932	18.161
1904	7.005	20.746	27.751
1905	26.015	21.802	47.817
1906	23.885	24.554	48.429106.
1907	4.862	26.819	31.681
1908	9.433	30.792	40.225
1909	12.936	26.738	39.674
1910	15.517	24.961	40.478
1911	21.458	43.532	64.990
1912	42.487	59.460	101.947
1913	53.719	66.039	119.758
1914	15.436	32.977	48.413
1915	2.713	18.224	20.937
1916	6.777	13.580	20.357
1917	16.286	10.490	26.776
1918	6.730	8.311	15.041
1919	5.260	16.552	21.812
1920	8.062	36.491	44.553
1921	13.563	26.038	39.601
1922	9.903	28.732	38.635
1923	14.529	45.289	59.818
1924	21.789	46.372	68.161
1925	27.225	46.110	73.335
1926	39.535	56.627	96.162
1927	24.316	68.097	92.413
1928	13.905	82.373	96.278
1929	-	103.480	103.480
1930	-	66.034	66.034
1931	-	-	-
1932	-	35.765	35.765
1933	-	64.010	64.010
1934	-	68.581	68.581
1935	10.794	61.186	71.980
1936	38.064	34.443	72.497

Total	1.237.039	1.610.648	2.847.687
--------------	-----------	-----------	-----------

Fonte: (Vasconcellos 1937)

Vale notar que a imigração subsidiada teve início no ano de 1888 sendo suspensa no ano de 1928. Foi retomada posteriormente, a partir de julho de 1935 (Vasconcellos 1937). O problema que se coloca é que os dados são globais e, portanto, não é possível verificar-se o grau de importância da imigração subsidiada para cada um dos grupos de imigrantes.

De qualquer forma, São Paulo e Rio de Janeiro representavam os principais centros receptores da população imigrante. São Paulo era um dos destinos mais frequentes, como vimos, dado o seu papel de importante produtor de café e, por isso mesmo, representava um pólo de atração para estes trabalhadores que deixavam a Europa.

Todos acalentavam o sonho de ter uma vida melhor e, quem sabe, encontrar a riqueza e fortuna, na margem oposta do Atlântico. Os quantitativos numéricos não deixam margem para dúvidas: 70% dos imigrantes na década de 1890 dirigiram-se para São Paulo (Klein, 1994:31).

Eulália Lobo apresentou, por outro lado, outros dados estatísticos específicos sobre a entrada de imigrantes portugueses no Brasil a partir do início do século XX (Lobo 1994), até meados da década de 1940.

Quadro 3 - Imigração Portuguesa para o Brasil (1900-1945)

Anos	Total
1900	8250
1901	11261
1902	11606
1903	11378
1904	17318
1905	20181
1906	21706
1907	29681
1908	37628
1909	30577
1910	30857
1911	47493
1912	76530
1913	76701
1914	27935
1915	15118
1916	11981
1917	6817
1918	7981
1919	17068
1920	33883
1921	19981
1922	28622
1923	31866
1924	23267
1925	21508
1926	38791
1927	31236
1928	33882
1929	38879
1930	18740
1931	8152
1932	8499

1933	10696
1934	8732
1935	9327
1936	4626
1937	11417
1938	7435
1939	15120
1940	11737
1941	5777
1942	1317
1943	146
1944	419
1945	1474

Fonte: apud Lobo 1994:32

Embora Rio de Janeiro e São Paulo constituíssem, no período que analisamos, as regiões brasileiras que reuniam um maior número de imigrantes portugueses, era possível encontrar população de origem portuguesa em quase todo o território, como verifica-se através dos dados selecionados ainda por Eulália Lobo, que fazem um recorte sobre a situação no final da década de 1920.

Quadro 4 - Distribuição da População Portuguesa no Brasil por Estados (1929)

Localidade	Total
Distrito Federal	272338
Rio de Janeiro	31527
São Paulo	281418
Mato Grosso	1572
Goiás	334
Minas Gerais	20050
Santa Catarina	556
Paraná	1998
Espírito Santo	1900
Bahia	3697
Sergipe	137
Alagoas	260
Pernambuco	5289
Paraíba	144
Rio Grande do Norte	89
Ceará	325
Piauí	72
Maranhão	687
Pará	15631
Amazonas	8376

Fonte Lobo, 1994:38 apud Simões, Nuno. O Brasil e a Emigração portuguesa. Notas para um estudo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934 pp34

A supremacia de São Paulo e Rio de Janeiro era incontestável. Do total de portugueses registrados naqueles estados, nada menos do que 90.5%, concentravam-se no antigo Distrito Federal, no Rio de Janeiro e em São Paulo. O estado de São Paulo contava sozinho com 43.5% do total da população de origem portuguesa, perdendo apenas para a cidade do Rio de Janeiro a antiga capital da República e estado do Rio de Janeiro, que contava com mais de 42% dos portugueses radicados no Brasil. O restante, menos de 10% do total, espalhava-se pelos outros estados brasileiros.

Concentrando nossa atenção no caso específico de São Paulo pudemos encontrar indicadores da presença portuguesa para períodos anteriores.

Embora a tarefa de quantificar a imigração de Portugueses para a região de São Paulo seja difícil, especialmente para as décadas iniciais do século XIX, dispomos de

informações estatísticas produzidas pelo governo paulista que, paulatinamente, tornaram-se mais numerosas.

De acordo com as informações disponíveis no Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, vinculado à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi possível recuperar a estatística dos imigrantes entrados em São Paulo entre 1827 e 1888. Os dados arrolados apontam o total de imigrantes e foram desagregados, quando possível, entre aquelas nacionalidades de maior expressão numérica no contexto paulista.

Quadro 5 - Imigrantes Entrados em São Paulo (1827 – 1888)

Ano	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Total
1827				226
1828				700
1829				29
1836				27
1837				277
1840			80	80
1846				18
1847				465
1849				86
1850				5
1851			53	53
1852			230	976
1853			379	535
1854			451	722
1855			618	2215
1856		37	490	926
1857			294	509
1858			92	329
1859				120
1860				108
1861				218
1862				185
1863				10
1865				1
1866				144
1867			29	789
1868				109
1869			117	117
1870				159
1871			18	83
1872				323
1873			135	590
1874	5		91	120
1875	126	1	40	3289
1876				1303
1877	2006	23	602	2832
1878	706	251	557	1678
1879	568	25	217	953
1880	97	21		613
1881				2705
1882	1866	223	547	2743
1883	3155	317	1300	4912
1884	2169	134	2280	4868
1885	4176	137	1995	6500
1886	6094	178	2718	9534
1887	27323	218	2704	32110
1888	80749	1465	7757	91826

Fonte: (Secretaria da Agricultura 1950)

De acordo com estes dados fica clara a mudança radical na situação da entrada de imigrantes em território paulista a partir do último quartel do século XIX. Se em 1874 registrara-se um total de 120 estrangeiros, no ano seguinte, em 1875, houve uma explosão, multiplicando-se por mais de 25 vezes o número de imigrantes, muito embora os de origem latina, representados pelos italianos, portugueses e espanhóis, não tivessem uma contribuição numérica significativa.

Naquele mesmo ano (1875) encontramos uma correspondência do Barão de Souza Queiroz (Francisco Antonio de Souza Queiroz), então Presidente da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, fundada em 1871 por ele e outros fazendeiros paulistas que, com subsídios provinciais e federais, começou a introduzir trabalhadores agrícolas imigrantes. Esta correspondência, além de anunciar os quantitativos de imigrantes entrados, dá-nos indícios do destino de alguns dos Portugueses recém-chegados, que não se dirigiram para as fazendas de café, como salientamos anteriormente:

“São Paulo, 16 de Março de 1875

*Satisfazendo ao que V.Excia. foi determinado em officio de 13 do corrente hoje recebido, tenho a dizer que conforme o mesmo entregue a V.Excia. e publicado no Relatório apresentado à Assembléia Provincial, importou a Associação Auxiliadora na Colonização e Imigração, fundada nesta Província, no período decorrido de Novembro de 1872 a Março de 1873, 480 colonos, sendo 278 Alemães, 89 Franceses, 67 Portugueses e 46 de diversas nacionalidades... Os Alemães contrataram-se para a lavoura... os Franceses, **Portugueses** e de outras nacionalidades recusaram-se na maior parte a assignarem contractos indo buscar nas estradas de ferro em construção e outras industrias emprego à sua actividade. Todos porém ficarão na Província. Em fins de 1873, forão também recebidos 19 colonos Portugueses os quais se achão contratados para a lavoura como abaixo assinado.*

Barão de Souza Queiroz, Presidente da Associação.

Fonte: DAESP, Ref. 5528 Lata 1

Além desta instituição, testemunhamos um interesse cada vez maior do Estado e de particulares na vinda de imigrantes estrangeiros, pois foram numerosas instituições criadas no período que voltavam-se para as questões relacionadas à colonização e imigração. Destacamos: a Agência Oficial de Colonização (São Paulo, 10/10/1877), a Inspetoria Especial da Colonização em São Paulo (31/10/1877), a Sociedade Central de Imigração (Rio de Janeiro, 25/02/1885), a Inspetoria Provincial de Imigração (São Paulo, 02/05/1885), a Sociedade Auxiliadora da Imigração (Santos, SP, 21/07/1885), e a Sociedade Promotora de Imigração (São Paulo, 30/01/1889).

Um outro exemplo da correspondência do barão de Souza Queiróz mostra não apenas o interesse dos fazendeiros na vinda de imigrantes para as fazendas paulistas mas também os acordos e contratos mantidos para facilitar a inserção dos que desembarcavam em Santos:

“São Paulo, 23 de Julho de 1873

A galera portuguesa América largou da cidade do Porto em 28 do mês de Junho trazendo a seu bordo por conta da Associação de Colonização e Imigração desta Província 68 colonos a ela destinados dos quais cinquenta e três são adultos e quinze menores. Em consequência vou solicitar a V. Excia. as precisas ordens a fim de que no Porto de Santos esteja ciente deste fato o respectivo agente do Governo para proceder em conformidade com o contrato celebrado em 23 de Novembro de 1871 entre o mesmo Governo e a referida Associação assim como sejam prevenidos o Superintendente da estrada de ferro inglesa e presidente da Companhia Paulista para dar passagem grátis aos mesmo colonos como prescreve a cláusula 25ª do dito contrato. Souza Queiróz – Presidente da Associação”.

Fonte: DAESP Ref. 5528 lata 1.

Klein, como vimos, sublinhou que os modelos de política de imigração para o Brasil no século XIX variaram bastante. Os dados reunidos para São Paulo também ilustram os reflexos destas mudanças de atitude em relação à vinda de imigrantes estrangeiros. Em São Paulo, nos finais da década de 1820, era inexpressivo o número de estrangeiros, incluindo aí os portugueses. Nos meados do século XIX é possível entrever mudanças na situação, como demonstra não só a criação dos inúmeros órgãos ligados à vinda e instalação dos imigrantes estrangeiros, como também a fundação de diversas colônias na província de São Paulo reforçam a nova postura do governo provincial, que se alinhava às alterações da política imperial no que concerne à imigração.

Nesta período, de incentivo à formação de colônias, encontramos algumas informações sobre imigrantes portugueses vindos para São Paulo, que seguiam para as colônias fundadas no interior da província. Além disso, nos exemplos arrolados abaixo foi possível constatar que os proprietários das colônias eram, em sua grande importantes fazendeiros de café, como Nicolau de Campos Vergueiro, Francisco Inácio de Souza Queiróz, pertencentes à mais importantes famílias da elite paulista.

Quadro 6 – Colônias na Província de São Paulo e quantidade de imigrantes de origem Portuguesa

Nome da Colônia	Localidade	Proprietário	Nº de famílias Portuguesas	Total de Portugueses
Senador Vergueiro	Limeira	Nicolau de Campos Vergueiro	55	258
Cresciumal	Pirassununga	Francisco Antonio de Souza Queiróz	3	14
Morro Azul	Limeira	Joaquim Francisco de Camargo	9	35
Boa Vista	Rio Claro	Benedito Antonio de Camargo	11	63
Boa Vista	Rio Claro	D. Anna Joaquina Nogueira de Oliveira	9	38
São José do Morro Grande	Rio Claro	João Ribeiro dos Santos Camargo	5	23
Tatu	Limeira	Cândido José da Silva Serra	27	108
Cap. Diniz	Limeira	Joaquim da Silva Diniz	3	10
Boa Vista	Campinas	Florianio de Camargo Penteado	4	18
Sítio Novo	Campinas	Antonio Reis Barboza	4	19
Dores	Campinas	Pedro José dos Santos Camargo	6	25
São Francisco	Campinas	Francisco Camargo Penteado	1	5

Fonte: DAESP - Colônias

Todas estas colônias citadas foram fundadas na região do oeste paulista, zona que desde meados do século XVIII estava voltada para a produção de cana de açúcar e que, ao longo do século XIX, passou a constituir um dos principais pólos de produção do café⁴.

O terceiro modelo de política imigratória (a partir dos finais da década de 1880) também fica perfeitamente identificado em território paulista, quando verifica-se o crescimento da imigração em geral e da portuguesa em particular.

A estatística publicada pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (já citada), através do Boletim do Departamento de Imigração e Colonização (Secretaria da Agricultura 1950), aponta os indicadores que anunciavam a entrada maciça de imigrantes estrangeiros, principalmente italianos, espanhóis, portugueses e japoneses representantes das principais nacionalidades que entravam em São Paulo.

⁴ Sobre a questão da economia paulista no período anterior à expansão cafeeira, relacionada com as famílias da elite paulista veja-se (Scott 1987) e (Bacellar 1997).

Quadro 7 – Principais Nacionalidades de Imigrantes Entrados no Estado de São Paulo (1890-1949)

Período	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Japoneses
1890-1909	604.877	175.518	116.108	825
1910-1929	160.612	199.140	246.048	84.278
1930-1949	21.948	7.901	54.398	104.612
Total	787.437	382.559	416.554	189.716

Fonte: (Secretaria da Agricultura 1950)

Se analisarmos a evolução da entrada de imigrantes é possível observar como o fluxo variou de acordo com cada uma das nacionalidades, obedecendo ritmos diferenciados. Enquanto que os italianos atingiram o número máximo logo no primeiro sub-período analisado, o grupo dos espanhóis, portugueses e japoneses mostrou um crescimento exatamente entre o período que precedeu a Primeira Grande Guerra e a crise dos anos 30. No mesmo arco temporal a entrada de imigrantes italianos em São Paulo caiu dramaticamente, de mais de 600.000 para 160.000 indivíduos. O crescimento proporcionou mais acentuado foi alcançado pelos japoneses, que tiveram um aumento superior a cem vezes (de 825 para 84.278). O fluxo de espanhóis para o estado de São Paulo cresceu em pouco mais 15%, enquanto que os portugueses apresentaram um fluxo crescente, atingindo pouco mais que o dobro em relação ao sub-período anterior.

Desagregando os quantitativos por décadas para as nacionalidades mais representativas vemos que apenas o grupo composto pelos imigrantes japoneses cresceu até o final da década de 1930. Na década de 1940, como consequência da Segunda Guerra Mundial houve um decréscimo da entrada de estrangeiros. A partir deste período registra-se a quase extinção da imigração estrangeira, largamente compensada pela migração interna.

Quadro 8 – Imigrantes Italianos, Portugueses e Japoneses entrados por décadas no estado de São Paulo (1890-1949)

Período	Italianos	Portugueses	Japoneses
1890-1899	430.243	59.011	-
1900-1909	174.634	57.097	825
1910-1919	105.834	132.682	27.114
1920-1929	74.778	113.366	57.164
1930-1939	12.429	36.284	101.666
1940-1949	9.159	18.114	2.946

Fonte: (Secretaria da Agricultura 1950)

Os números da imigração constituem um reflexo da conjuntura específica de cada período e também ligam-se ao contexto específico da sociedade de origem e suas políticas de restrição ou incentivo à emigração. Da mesma forma o fluxo ou refluxo da imigração não pode estar alheio à questão dos custos e facilidades referentes ao transporte marítimo para a deslocação dos imigrantes, sujeitos às condições localmente diferenciadas de cada país.

No caso dos imigrantes portugueses que dirigiam-se a São Paulo, isto ficou explícito, já em meados do século XIX, na correspondência enviada ao Presidente da província de São Paulo, por Nicolau de Campos Vergueiro:

“Ilmo. Exmo. Sr.

Participamos a V. Excia, que pelos avisos que temos devemos esperar até o dia 15 do corrente o Bergantim ‘Hannover’ procedente de Hamburgo com uma carga de colonos suissos franceses, não excedendo a cem cabeças. Esperamos, outrossim até o final do

corrente mês a Barca 'Caridade' procedente do Porto com igual número de colonos Portugueses. A lei ultimamente promulgada em Portugal que não admite o embarque de passageiros se não na razão de duas pessoas por cinco toneladas, veio dificultar a emigração Portuguesa pela alta de passagens que sem dúvida devem aparecer; pois que, por exemplo: a Barca 'Caridade' que costumava trazer 250 colonos por viagem sem dúvida alguma terá de alterar seus fretes quando apenas tenha o direito de carregar 100, sujeitas as mesmas despesas que antes, com a diferença apenas nas comedorias...

Santos aos 07 de Novembro de 1854.

Ilmo.Exmo. Sr. Dr. José Antonio Saraiva, Digníssimo Presidente desta Província Vergueiro (assina)''

Fonte: DAESP, Ref. 7213 – Colônias, Lata 2

O custo do transporte, é pois um fator a não ser desprezado e que poderia influenciar os fluxos de partida . Se, por um lado, na fonte citada acima o preço da passagem transformava-se num fator de restrição à emigração, por outro lado, a queda no custo do bilhetes dos vapores resultaria num incentivo a mais para facilitar a emigração. Para termos uma ideia da variação dos preços nas passagens para o Brasil, os bilhetes de terceira classe de barco a vapor caíram, em 1912, de 55\$800 a 22\$000, da mesma forma que registrou-se uma melhoria nas condições de transporte.

A importante presença de imigrantes portugueses confrontada a de outras nacionalidades em São Paulo também pode ser medida através de um outro indicador, fornecido pelos recenseamentos gerais da população brasileira.

Maria Silvia Bassanezi organizou uma exaustiva recompilação e correção dos dados referentes às estatísticas demográficas da Província e Estado de São Paulo. Alguns dos resultados deste trabalho mostram a presença de estrangeiros na população paulista que, entretanto, serão precedidos de uma breve discussão da limitação das fontes censitárias brasileiras com relação à população estrangeira, baseada nas informações de Bassanezi (Bassanezi 1999).

O primeiro recenseamento brasileiro data do ano de 1872 (Recenseamento Geral do Império), e inaugura oficialmente a era estatística no Brasil (Marcílio 1986). Depois, seguiram-se o censo de 1890, 1920, realizados no intervalo temporal que nos interessa.

Infelizmente, as informações que constam nestas estatísticas globais não obedecem a um padrão, o que inviabiliza muitas análises. Para ter-se uma ideia dos problemas relativos às informações sobre população estrangeira nos censos citados, faremos um breve balanço de cada um deles, começando pelo recenseamento geral do império de 1872.

No primeiro recenseamento da população brasileira a população de origem estrangeira total (não desagregada por nacionalidade) está distribuída segundo a condição social (livre ou escrava), por sexo, descendo ao nível administrativo da paróquia. Por outro lado, a população estrangeira livre foi arrolada por nacionalidade, sexo, estado civil e religião (católica / acatólica), também ao nível das paróquias. A informação que inclui a profissão dos estrangeiros não aparece desagregada por nacionalidade.

O censo de 1890, por sua vez, não desagrega a população estrangeira por nacionalidade, o que inviabiliza a sua utilização na perspectiva que nos interessa, embora traga informações sobre a população estrangeira por sexo por paróquia, bem como a população estrangeira que sabia ler e escrever por sexo e por paróquia.

O recenseamento de 1920 arrola a população estrangeira de acordo com diversas variáveis: população estrangeira por sexo, distrito e município, população estrangeira por sexo e estado civil por município, população estrangeira por sexo, grupo etário e

grau de instrução (sabe/não sabe ler e escrever), embora não apresente a desagregação desta população por nacionalidade. De fato os dados relativos à população estrangeira segundo a nacionalidade estão organizados apenas de acordo a variável sexo e por município.

Embora reconheçamos as limitações destas fontes é possível examinar os quantitativos totais da população estrangeira bem como os totais parciais de portugueses, comparados aos italianos, espanhóis, alemães e japoneses em território paulista.

São Paulo, de acordo com o Recenseamento Geral do Império de 1872 (Silva 1986) reunia uma população total de 837.354 habitantes, sendo 680.742 livres e 156.612 escravos. Deste conjunto, 436.344 eram do sexo masculino e 401.010 do sexo feminino (independentemente do seu estatuto social – livre ou escravo); em 1890, São Paulo contava com uma população total de 1.384.753 habitantes, sendo 708.011 do sexo masculino e 676.742 do sexo feminino.

Utilizando-se os dados de Bassanezi encontramos a seguinte distribuição quanto ao total de estrangeiros de acordo com as nacionalidades e sexo:

Quadro 9

Censo	Total Estrangeiros	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses
1872	16.567	6.867	1.185	220	3.812	-
1920	829.851	167.198	398.797	171.289	11.060	24.435

Fonte: (Bassanezi 1999).

Quadro 10 - População Estrangeira por Sexo - Recenseamento de 1872

Nacionalidade	Masculino	Feminino	Total
Portugueses	5.434	1.433	6.867
Italianos	1.047	138	1.185
Espanhóis	205	15	220
Alemães	2.352	1.460	3.812
Japoneses	-	-	-
Total Geral Estrang.	11.831	4.736	16.567

Fonte: (Bassanezi 1999).

Quadro 11 - População Estrangeira por Sexo - Recenseamento de 1920

Nacionalidade	Masculino	Feminino	Total
Portugueses	101.915	65.283	167.198
Italianos	214.468	184.329	398.797
Espanhóis	92.446	78.843	171.289
Alemães	5.962	5.098	11.060
Japoneses	14.167	10.268	24.435
Total Geral Estrang.	462.170	367.681	829.851

Fonte: (Bassanezi 1999).

O crescimento dos estrangeiros é sensível entre os dois períodos, passando de pouco mais de 16.000 indivíduos para quase 830.000 almas.

Como já referimos anteriormente, importantes dados sobre a imigração para São Paulo podem ser encontrados publicações oficiais dos órgãos que executavam as medidas governamentais relativas à população migrante. Entre estas, destaca-se aquelas produzidas pela Diretoria de Terras, Colonização e Imigração.

No Boletim deste órgão, publicado no ano de 1937, encontramos muitos subsídios para o estudo da imigração estrangeira para o Brasil. Referimo-nos ao artigo de Henrique

Doria de Vasconcellos, que reúne um conjunto de estatísticas e gráficos relativos ao movimento migratório em São Paulo, desde a segunda década dos anos oitocentos (Vasconcellos 1937).

Na opinião do autor aquele era o mais completo trabalho sobre o movimento migratório em São Paulo, tendo sido elaborado para as comemorações do Cinquentenário da Imigração Oficial no Estado de São Paulo (Vasconcellos 1937):32.

Embora os dados reunidos remontem a década de vinte dos anos oitocentos, os dados que mais interesse despertam são aqueles registrados a partir de 1908, quando encontramos à nossa disposição os resultados das estatísticas organizadas pela Inspeção de Imigração no Porto de Santos, citada anteriormente, criada em 1907. Vasconcellos fez uma síntese daqueles dados, organizado-os segundo diversas variáveis. Dada a riqueza de informações reunidas pelo autor, permitimo-nos reproduzir algumas delas, não só conhecer melhor o perfil do imigrante português mas, e fundamentalmente, compará-lo aos demais imigrantes estrangeiros que desembarcaram no porto de Santos (São Paulo).

Entre 1908 e 1936 entraram em São Paulo, por via marítima, nada menos que 1.221.282 imigrantes estrangeiros. De uma maneira geral predominavam os indivíduos do sexo masculino sobre o feminino, embora a proporção pudesse apresentar variações de acordo com as diversas nacionalidades

Quadro 12 - Total de Entradas dos Imigrantes Estrangeiros pelo Porto de Santos – Por Sexo (1908-1936)

Nacionalidades	Total	Masculino	% Masc	Feminino	% Fem
Portugueses	275.257	187.053	67.9	88.204	32.1
Espanhóis	209.282	124.295	59.4	84.987	40.6
Italianos	202.749	131.174	64.7	71.575	35.3
Japoneses	176.775	99.270	56.2	77.505	43.8
Alemães	43.989	28.302	64.3	15.687	35.7
Turcos	26.321	19.321	73.4	7.000	26.6
Romenos	23.756	12.622	53.2	11.134	46.7
Iugoslavos	21.209	11.240	52.1	9.969	47.9
Lituanos	20.918	12.260	58.6	8.658	41.4
Sírios	17.275	11.304	65.4	5.971	34.6
Poloneses	15.220	9.424	61.9	5.796	38.1
Austríacos	15.041	9.432	72.7	5.609	27.3
Outros	47.664	30.938	64.9	16.726	35.1
Total	1.221.282	779.236	63.8	442.046	36.2

Fonte: (Vasconcellos 1937)

Embora no geral as mulheres representassem cerca de 36% entre os estrangeiros desembarcados, esta proporção poderia ser mais equilibrada, como aconteceu entre os Iugoslavos (em torno de 52% de indivíduos do sexo masculino para 48% do feminino), como poderia apresentar um desequilíbrio bastante mais acentuado, como no caso dos turcos (pouco mais de 26% de indivíduos do sexo feminino) ou dos austríacos (pouco mais de 27% de mulheres). Numa faixa intermediária (entre 40 a 47% de mulheres) encontraríamos os naturais da Espanha, do Japão, da Roménia, e os imigrantes oriundos da Lituânia.

Os portugueses apresentavam uma percentagem de mulheres inferior à média geral, e elas não representavam mais que 32% dos imigrantes que entraram em São Paulo. Esta proporção ficou abaixo daquela referente aos italianos, que registraram pouco mais de 35% de mulheres imigrantes.

Quanto ao estado civil, em todas as nacionalidades predominaram os solteiros, sendo a percentagem média 58.3% em favor deles, o que não pareceu variar de maneira sensível entre os naturais dos países que mais imigrantes cederam a São Paulo. Entre os portugueses, encontramos uma proporção 55% de solteiros, enquanto que os italianos apresentaram 55.3%, os espanhóis 60% e os japoneses 56%.

Quadro 13 - Total de Entradas dos Imigrantes Estrangeiros pelo Porto de Santos – Estado Civil

Nacionalidades	Total	Casados	Solteiros	Viúvos
Portugueses	275.257	117.704	151.412	6.141
Espanhóis	209.282	77.557	126.141	5.584
Italianos	202.749	84.616	112.174	5.959
Japoneses	176.775	74.730	99.161	2.884
Alemães	43.989	17.925	25.206	858
Turcos	26.321	8.587	17.452	282
Romenos	23.756	8.797	14.502	457
Iugoslavos	21.209	8.221	12.660	328
Lituanos	20.918	7.350	13.111	457
Sírios	17.275	6.423	10.483	369
Poloneses	15.220	6.072	8.917	231
Austríacos	15.041	5.724	9.050	267
Outros	47.664	17.893	28.702	1.069
Total	1.221.282	481.984	711.897	27.401

Fonte: (Vasconcellos 1937)

Informação extremamente valiosa é também aquela que desagrega a população pelas diferentes faixas etárias.

Vasconcellos apresentou os dados criando três categorias: até sete anos de idade, entre sete e doze anos e maiores de doze anos.

Quadro 14 - Total de Entradas dos Imigrantes Estrangeiros pelo Porto de Santos – Grupos Etários

Nacionalidades	Total	Até 7 anos	Entre 7 e 12	Mais de 12	% >12 anos
Portugueses	275.257	32.600	19.342	223.315	81.1
Espanhóis	209.282	41.487	24.451	143.344	68.5
Italianos	202.749	27.592	16.673	158.484	78.2
Japoneses	176.775	34.202	18.860	123.713	70.0
Alemães	43.989	4.265	2.890	36.834	83.7
Turcos	26.321	2.308	2.034	21.979	83.5
Romenos	23.756	4.703	2.601	16.452	69.3
Iugoslavos	21.209	4.377	2.090	14.742	69.5
Lituanos	20.918	3.140	1.595	16.183	77.4
Sírios	17.275	1.930	1.177	14.168	82.0
Poloneses	15.220	1.984	1.155	12.081	79.4
Austríacos	15.041	1.999	1.206	11.836	78.7
Outros	47.664	5.331	3.056	39.277	82.4
Total	1.221.282	178.603	103.690	938.989	76.9

Fonte: (Vasconcellos 1937)

Maiores de 12 anos atingiram uma percentagem mínima de 68.5% entre os espanhóis e máxima de 83.7% entre os alemães. Imigrantes portugueses situaram-se pouco acima da média geral, situada em 76.9%, reunindo 81.1% de indivíduos acima dos 12 anos de idade.

Crianças abaixo de sete anos, em geral, não alcançavam os 15% em média (14.6%). Neste ponto, os portugueses mostraram um perfil bastante específico, pois colocaram-se abaixo do percentual médio: apenas 11.8% de crianças nesta faixa etária. De fato,

constituíram o grupo que menos incluía crianças entre os imigrantes estrangeiros numericamente mais expressivos no contexto da emigração para o Brasil. Somente os italianos ficaram abaixo da média como os portugueses, ao apresentarem 13.6% de crianças menores de sete anos. Diferentemente, os espanhóis e japoneses incluíam percentagens maiores de crianças abaixo de sete anos entre os imigrantes registados no porto de Santos: para os espanhóis encontramos 18.2% e para o grupo dos japoneses encontramos uma percentagem que quase atingiu um quinto do total, ficando acima dos 19% (19.3%).

A questão presença das crianças menores de sete anos logo nos conduz ao exame da proporção de imigrantes que constituiriam núcleos familiares. As estatísticas elaboradas pela Inspetoria do Porto de Santos permitem uma aproximação a esta variável, na medida em que apresentam dados sobre os indivíduos que chegaram sós, classificados sob a rubrica “avulsos”, em contraposição àqueles que chegaram integrados a grupos familiares (incluídos na rubrica “famílias”).

Quadro 15 - Total de Entradas dos Imigrantes Estrangeiros pelo Porto de Santos – Famílias e Avulsos

Nacionalidades	Total	Famílias	Avulsos	% Avulsos
Portugueses	275.257	35.044	147.020	53.4
Espanhóis	209.282	33.955	38.434	18.4
Italianos	202.749	28.374	85.802	42.3
Japoneses	176.775	31.412	8.974	5.1
Alemães	43.989	6.718	19.687	44.7
Turcos	26.321	3.054	16.543	62.5
Romenos	23.756	4.033	2.066	8.7
Iugoslavos	21.209	3.719	1.363	6.4
Lituanos	20.918	3.147	4.965	23.7
Sírios	17.275	2.583	8.390	48.6
Poloneses	15.220	2.356	6.601	43.4
Austriacos	15.041	2.235	5.059	33.6
Outros	47.664	6.683	21.644	45.4
Total	1.221.282	174.928	446.357	36.5

Fonte: (Vasconcellos 1937)

Os japoneses constituíam o grupo que menos aventurava-se individualmente: apenas 5% foram enquadrados na categoria “avulsos”. Entre os grupos de imigrantes numericamente mais importantes, os portugueses apresentaram o padrão exatamente inverso, reunindo o maior índice de indivíduos que imigravam desligados de outros familiares: mais de 53% estavam entre os avulsos. Perderam somente para os turcos que atingiram um percentual de mais de 62% de indivíduos que imigraram sós.

Um exercício de interesse é calcular o tamanho médio das famílias entre os grupos de imigrantes. Estes cálculos comprovaram que os japoneses mantinham forte coesão familiar no momento da imigração, pois apresentaram os maiores núcleos familiares, compostos por 5.3 indivíduos, seguidos pelos espanhóis, com grupos familiares em torno de componentes. As famílias de origem italiana, comportavam um número de elementos mais baixo, reunindo 4.1 indivíduos.

Neste aspecto, mais uma vez foram os portugueses mostraram um perfil que os colocava numa situação peculiar, pois apresentaram os menores núcleos familiares de imigrantes. Os imigrantes incluídos sob a rubrica “família” alcançavam apenas 3.6 de indivíduos.

Mas, qual era a qualificação do imigrante que buscava uma nova vida em São Paulo? Entre os imigrantes quantitativamente mais significativos encontramos dados de interesse sobre o seu grau de instrução.

Quadro 16 - Entradas dos Imigrantes pelo Porto de Santos – Grau de Instrução

Nacionalidades	Total	Analfabetos	Alfabetizados	% Analfabetos
Portugueses	275.257	158.219	117.038	57.5
Espanhóis	209.282	150.174	58.535	72.0
Italianos	202.749	82.943	119.806	40.9
Japoneses	176.775	48.342	128.433	27.3
Alemães	43.989	5.806	38.813	13.2

Fonte: (Vasconcellos 1937)

Quadro 17 - Entradas dos Imigrantes pelo Porto de Santos e Analfabetismo entre Maiores de 7 Anos

Nacionalidades	Total	> de 7 anos	Até 7 anos	Analfab. >7	% de Analfab.	% Imig. até 7 anos
Portugueses	275.257	242.657	32.600	125.619	51.8	11.8
Espanhóis	209.282	167.795	41.487	109.260	65.1	19.8
Italianos	202.749	175.157	27.592	55.351	31.6	13.6
Japoneses	176.775	142.573	34.202	14.140	9.9	19.3
Alemães	43.989	39.724	4.265	1.541	3.9	9.7

Fonte: (Vasconcellos 1937)

Os espanhóis compunham o grupo com maior índice de analfabetos, quase três quartos do total. Na situação oposta, com os menores índices de analfabetos encontravam-se os imigrantes alemães, com pouco mais de 13%. Os portugueses estavam somente atrás do espanhóis, com um índice de mais de 57% de analfabetos.

A profissão declarada dos imigrantes mostra que predominavam os indivíduos que eram agricultores, embora as percentagens apresentassem larga desproporção. Os japoneses constituíam um grupo praticamente fechado, constituído por indivíduos que se dedicavam aos trabalhos da agricultura, nada menos que 99%. Entre os espanhóis predominavam os agricultores numa margem bastante expressiva, a segunda maior, com quase 80%. Os alemães, por outro lado, não alcançavam os 32%, sendo a maioria deles classificados no grupo de profissões “diversas”. Portugueses e italianos apresentaram proporções semelhantes (49.7% e 47.8% respectivamente) de agricultores.

Finalmente, quanto à confissão religiosa apenas confirmaram-se as situações esperadas, com a esmagadora maioria de católicos entre os imigrantes de origem latina (portugueses, espanhóis e italianos, proporções de 99.9% de católicos), enquanto que os japoneses apresentavam o reverso da medalha, com 98.7% de acatólicos, seguidos dos alemães com 70.4% de indivíduos na mesma categoria.

Até o momento temos tratado da questão da entrada de imigrantes. No entanto, a partir do ano de 1908 contamos com a possibilidade de avaliar o movimento migratório internacional no porto de Santos, uma vez que começaram a ser contabilizadas as saídas de estrangeiros, demonstrando que cada vez mais a administração paulistana preocupava-se em ter um conhecimento mais preciso dos grupos que entravam e saíam de seu território.

Quadro 18 - Movimento Migratório pelo Porto de Santos (1908-1936)

Nacionalidades	Entradas	Saídas
Portugueses	275.257	160.920

Espanhóis	209.282	107.179
Italianos	202.749	176.991
Japoneses	176.775	12.615
Alemães	43.989	34.816
Turcos	26.321	12.364
Romenos	23.756	7.126
Iugoslavos	21.209	5.134
Lituanos	20.918	3.373
Sírios	17.275	7.587
Poloneses	15.220	6.612
Austríacos	15.041	7.180
Outros	47.664	29.338
Total	1.221.282	667.080

Fonte: (Vasconcellos 1937)

Até o momento procuramos examinar a questão da imigração à luz das estatísticas de entrada de imigrantes portugueses e de outras nacionalidades. Entretanto é necessário lembrar que o tema não se esgota aqui. Longe disso, este era apenas o início do percurso, por vezes muito acidentado, dos imigrantes que se aventuravam em terras brasileiras.

Aqui permitimo-nos focalizar nossa atenção na imigração portuguesa sem uma preocupação maior em confrontá-la com os outros grupos de estrangeiros. Queremos a partir deste momento retomar um pouco os estereótipos da emigração/imigração lusa, que serão recolocados à luz dos dados arrolados.

Neste sentido, não é possível avançar essas considerações sem levar em conta as histórias dos portugueses bem-sucedidos, que retornaram à pátria endinheirados e que receberam, por conseguinte, a designação de “Brasileiros”. Estas referências são comuns e fazem parte do imaginário português sobre o Brasil.

Muitas são as figuras de “Brasileiros” célebres, os “Brasileiros de Torna Viagem”, que deixaram vestígios de seu sucesso nos vistosos palacetes, nas obras sociais e de benemerência que foram erigidas pelo dinheiro amealhado no Brasil, com mais ou menos sacrifício e trabalho, e algumas vezes também com astúcia. Um punhado de figuras emblemáticas de “Brasileiros” serviram de exemplo e incentivo a outros milhares de portugueses que almejavam alcançar semelhante estatuto social e econômico, além de todo o efeito simbólico, de reconhecimento e projeção na terra natal, que lhe era inerente.

A recente produção bibliográfica portuguesa dá muito bem conta destes percursos ressaltando a importância da emigração no contexto sócio-econômico no Norte de Portugal⁵. A própria Comissão dos Descobrimentos Portugueses organizou recentemente uma grande exposição sobre “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste Português”, acompanhada pela publicação de um belíssimo livro em forma de catálogo que contou com a contribuição de eminentes investigadores portugueses (Portugal 2000). Afinal o Noroeste foi tradicionalmente o maior “exportador” de emigrantes para o Brasil.

O reconhecimento do papel destes “Brasileiros”, originários do Minho e do Norte de Portugal em geral, e que estiveram por períodos mais ou menos longos no Brasil, é uma constante mesmo entre os seus contemporâneos.

A permanência no Brasil, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, criava laços entre os conterrâneos e uma das formas mais adequadas para recuperar as trajetórias dos imigrantes portugueses é tentar rastreá-los através das instituições por eles fundadas.

⁵ (Rowland 1998), (Alves 1994), (Alves 1999a),(Alves 1999b), (Monteiro 1998), (Monteiro 2000), (Lages 1999), (Lages 1998), entre outros.

Muitos destes mais proeminentes imigrantes vão ter seus nomes ligados a estes pólos institucionais onde reuniam-se para manter as tradições e as identidades típicas de sua terra.

Um marco bastante ilustrativo deste procedimento foi o início da construção da Casa do Minho, na então capital da república, marcada pela edição do jornal comemorativo do evento, publicado em junho de 1934⁶.

A análise deste número único, do qual tiraram-se duzentos exemplares, mostra as redes que se estabeleciam na comunidade, não só através das personalidades reunidas que contribuíram para a edição do jornal, como também através dos anúncios veiculados, todos de negócios de propriedade de imigrantes portugueses.

A chamada estampada no segundo caderno, na página de abertura do mesmo, conclamava os leitores a adquirir os produtos das firmas ali anunciadas pois,

“preferindo os produtos aqui anunciados, praticareis um acto de justiça, cumprireis um dever de gratidão, sereis bons portugueses e podeis, ao mesmo tempo, ter a certeza de auxiliar casa de indiscutível probidade e consumir bons produtos... fizeti propaganda das casas e produtos aqui anunciados”.

Fonte: Minho – Número Único Comemorativo, 1934: I

Este número constava de uma coletânea literária e artística e reunia algumas dezenas de colaboradores, tanto em Portugal como no Brasil, trazendo nomes como os de Bernardino Machado, Bento Carqueja, Nuno Simões, Alfredo Pimenta entre outros, o que confere a medida do valor desta iniciativa.

Exatamente através de alguns artigos publicados naquele jornal é que torna-se possível perceber que as histórias dos vitoriosos contam apenas uma parte (e bem pequena, por sinal) da imigração portuguesa para o Brasil pois, o reverso da figura do Brasileiro bem-sucedido transparecerá quando as eminentes personalidades abordarem a questão do assistencialismo e benemerência que procurava aliviar as necessidades e sofrimentos da maioria silenciosa e esquecida dos imigrantes menos afortunados. Aliás, parecia ser um traço que sempre deveria ser lembrado entre os grandes feitos do povo português, como deixa claro esta passagem:

“E, não se diga que só os feitos de armas ou de conquistas lhe deram nome: Não! Temos também feitos de ‘Religião e Caridade’, que até hoje estão arraigados na alma deste Povo heroico, tanto que os espalham por toda a parte, sem olharem aos preconceitos de raça ou de nacionalidade. Onde está um Portuguez, está uma instituição de Caridade”

Fonte: (Nobre 1919):4-5

Em diversos artigos publicados no jornal supra mencionado, destaca-se esta importante faceta relacionada às atividades de benemerência a assistencialismo que tradicionalmente caracterizaram a imigração portuguesa para o Brasil.

O artigo do escrito pelo Capitão F. Ribeiro Salgado é exemplar, não só aludindo ao assistencialismo em si, mas apontando que os frutos da ação dos Brasileiros repercutiam também na terra natal. Intitulado *“Alguns aspectos estatísticos da Assistência e da Previdência no Entre-Douro e Minho”* logo nos parágrafos iniciais o autor faz menção a este aspecto:

“Justamente apreciada – e devidamente posta em relevo – tem sido a grandiosa e patriótica obra de assistência social da Colonia Portuguesa no Brasil. Tal eficiente

⁶ Agradeço a José Manuel Lages a oferta de um exemplar fotocopiado deste número comemorativo da fundação da Casa do Minho no Rio de Janeiro.

actuação comprova simplesmente a bondade singular e colectiva dos nossos compatriotas que não se limitam sómente ao país onde vivem e prosperam – ou viveram e prosperaram – antes a tornam extensiva às regiões onde nasceram. Assim compartilham os seus comprovincianos que jamais emigraram...”

Fonte: Minho – número único comemorativo. Junho de 1934:50.

Exatamente ao sublinhar a importância do assistencialismo e da benemerência neste número comemorativo é que transparece a dupla face da imigração: o verso e o reverso do fenômeno imigratório português. De um lado os “Brasileiros” enriquecidos que, às expensas de seus bens, praticavam atos de benemerência e assistência aos que representavam o avesso da imigração bem conseguida, trazendo à luz o lado mais sombrio e triste daqueles que tiveram seus sonhos de riqueza frustrados, e que muitas vezes por vergonha, tentavam esconder esta situação de fracasso e miséria de familiares, amigos e conterrâneos. Muitos destes que tiveram suas expectativas malogradas preferiam ser dados como mortos ou permanecer no esquecimento, jamais retornando à freguesia natal.

Na sessão intitulada “As grandes instituições da Colonia” temos um artigo que aborda exatamente a situação dos portugueses que não trilharam o caminho da riqueza e do sucesso mas que, desamparados e sem esperança, procuravam auxílio nas obras assistenciais criadas e mantidas pelos compatriotas mais afortunados.

As graves circunstâncias pelas quais muitos imigrantes passavam foram relatadas no número comemorativo da construção da Casa do Minho no Rio de Janeiro. Em artigo que lembrava a criação da “Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados”, nascida no Rio de Janeiro em 14 de Outubro de 1921, por iniciativa do Consul Geral de Portugal, Dr. Joaquim de Barros Ferreira da Silva, discorria-se sobre os infortúnios de imigrantes portugueses dando conta da

“invasão diária do Consulado, por grande massa de portugueses, premidos pela sua angustiada situação, solicitando proteção do seu consul, implorando trabalho, a alimentação, o regresso à terra querida e distante que haviam abandonado, mas que os receberia de braços abertos com caldo fumegante e consolador...”

Fonte: Minho – número único comemorativo. Junho de 1934:XVII

Não considerando o evidente envolvimento emocional que estava por trás das palavras do autor, fica a imagem terrível daqueles que ao invés do sonho de uma vida melhor, encontraram o pesadelo das privações, dos desencantos e, porque não dizer, a humilhação de encontrar-se numa situação até pior daquela que tinha antes da partida.

Esta é uma vertente que, pouco a pouco, começa a chamar a atenção dos estudiosos da imigração portuguesa no Brasil. Afinal, apenas uma minoria encontrou a tão esperada “árvore das patacas”, e muitos dos imigrantes chegaram a ser expulsos da ‘terra prometida’ que representava o Brasil, sendo obrigados a retornar a um país que até lhes podia ser estranho, depois de terem passado mais tempo no Brasil que no seu próprio torrão natal.

Dada a situação de pobreza e desamparo de tantos imigrantes surgem numerosas instituições de auxílio, como por exemplo, as Sociedades Portuguesas de Beneficência, ainda hoje espalhadas por muitas cidades brasileiras.

No mesmo número comemorativo da Casa do Minho no Rio de Janeiro faz-se referência também à Sociedade de Beneficência de Niterói. Fundada em 1920, tendo como núcleo original o “Centro da Colonia Portuguesa de Niteroi”. Nascido em 1904, a

sociedade assumia o compromisso de socorrer seus associados, mediante uma contribuição mensal “modica”, quando necessitados ou enfermos.

Em São Paulo também são várias as instituições criadas por imigrantes portugueses para auxílio nos momentos de maior aflição. Talvez, um caso que possa ser considerado exemplar seja o da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo que conta com quase um século e meio de existência. Criada em 1859 por iniciativa de 118 imigrantes portugueses, tinha o objetivo de atender seus associados e a comunidade portuguesa em geral. O prestígio da Instituição foi reconhecido, não só através da visita do Imperador D. Pedro II (1886), como através da concessão do título de Real e Benemerita, em 1911, concedido pelo Rei Carlos I de Portugal. Ainda hoje, é uma das mais conceituadas instituições beneficentes do país.

Se as associações de beneficência e assistência proliferavam, este é um sinal inequívoco da vida dura e repleta de privações que enfrentava a maioria dos imigrantes portugueses. Contudo, este é apenas um indicador do malogro potencial que muitos estavam sujeitos.

Recuperar estas trajetórias que não deixaram marcas tão visíveis quanto os palacetes é um desafio para os investigadores. Trabalhos recentes têm vasculhado as mais variadas fontes para resgatar o percurso dos imigrantes menos afortunados. Nesta linha, apontamos um artigo que aborda uma perspectiva interessante da imigração estrangeira para o Brasil, que baseia-se na documentação composta pelos processos de expulsão de imigrantes na cidade do Rio de Janeiro (Menezes 1997).

Sem deter-se exclusivamente nos imigrantes portugueses, a autora recuperou o discurso republicano em defesa da ordem e da segurança nacional, inserindo aí a prática da expulsão que atingia os estrangeiros pobres, transformados em alvos das políticas de ‘higiene social’ então desenvolvidas.

Lená Menezes mostra que na virada para o século XX, a cidade do Rio de Janeiro recebia o afluxo predominante de indivíduos pobres provenientes dos campos do Norte e Noroeste de Portugal, seguindo-se áreas rurais da Espanha (principalmente a Galiza) e imigrantes italianos provenientes das províncias meridionais de Cozenza, Salerno e Potenza.

Os resultados de sua pesquisa mostram a realidade que os imigrantes pobres enfrentavam: o imigrante que pobre chegou ao Rio de Janeiro, pobre tendeu a permanecer, afastado da representação idealizada de mão-de-obra superior, promotora do progresso, que compunha os discursos imigrantistas na época imperial (Menezes 1997). De acordo com a autora, os imigrantes entrados no Rio de Janeiro, com pouco conhecimento dos códigos urbanos, uma precária classificação profissional e com a ausência de laços familiares na nova terra, passaram a compor o proletariado miserável, fornecendo grandes contingentes ao lumpesinato existente na cidade (Menezes 1997):4.

Considerados “sobras do arranjo social” (conceito utilizado pelos chefes de polícia da época), colocavam-se na fronteira entre o trabalho e o não-trabalho. Por isso aparecem como uma preocupação constante das elites políticas e de parte da elite intelectual. Transformaram-se em alvos da ação disciplinar e vítimas das leis de expulsão do país.

Alguns casos recuperados pela autora dizem respeito a imigrantes portugueses e mostram o lado sórdido da trajetória deste indivíduos, encoberta pela névoa do esquecimento e do anonimato.

Uma vida desgraçada em todos os sentidos teve o imigrante português Manuel Real, analfabeto, solteiro e padeiro de profissão, sem residência fixa que foi expulso do Brasil 38 anos depois de seu desembarque. Aos 64 anos foi expulso como mendigo incorrigível, regressando à terra natal apenas com a roupa do corpo, muito mais brasileiro que português, como refere Menezes, sendo obrigado a retornar à Europa de onde saíra com 26 anos, para enterrar, em outro solo que não brasileiro, a falência de seus sonhos, expectativas e esperanças (Menezes 1997).

Entretanto, um percurso típico pode ser representado pela história um transmuntano, nascido na aldeia de Travanca, concelho de Vinhães, recuperado ainda por Menezes nos processos de expulsão por ela analisados. A. Santos, contava 26 anos quando vislumbrou pela última vez a cidade do Rio de Janeiro. Era solteiro, alfabetizado, e havia chegado ao país com 12 anos. Segundo suas declarações, tão logo desembarcou na capital brasileira, foi residir com um tio, com quem permaneceu por cerca de dois anos. Em 1917, com 14 anos, só na vida, “*deu-se à vadiagem*”. Preso por ter furtado vinte mil réis de um alfaiate estabelecido no centro da cidade e recolhido, pela polícia, foi encaminhado a um patronato. Ali ficou até princípios de 1920, sendo desligado após ter concluído o curso de arado e agricultura oferecido pela instituição. Fora de lá, empregou-se por cerca de quatro meses. Mas, pouco depois de ter sido posto em liberdade, mergulhou no jogo por “*considerar-se fraco para o trabalho braçal*” e ter verdadeira fascinação pelo jogo, “*pelos lucros fáceis que este proporcionava, lucros que lhe permitiam luxos e prazeres*”, mas que eram interditados às classes trabalhadoras. Desta forma iniciou-se outra série de detenções e na colônia de Dois Rios. Em 1926, foi remetido para Clevelândia, situada em zona de fronteira. Voltando à cidade, foi preso novamente, acabando por ser expulso.

Porém um importante dado vem somar-se ao quadro que tentamos recompor, na medida em que os processos de expulsão analisados pela autora indicaram que nos delitos que guardavam vínculos mais estreitos com a pobreza vivida na cidade, os portugueses destacaram-se do conjunto dos indesejáveis. A autora encontrou entre os processos de expulsão contra estrangeiros residentes na capital (531 no total), uma quantidade apreciável de portugueses enquadrados nos diversos grupos como vadios, mendigos, vigaristas, ladrões e gatunos. Todos os processos deste tipo foram englobados na categoria “*frequentadores assíduos dos cárceres*” (que totalizou 248 casos), seguidos pelos processos de cáftens (194 casos), e anarquistas e/ou comunistas (79). Neste conjunto, os portugueses representam 45.9% do primeiro grupo; 11.3% do segundo, e 59% do terceiro⁷. Proporções que são eloquentes, e que indicam que além da pobreza, a marginalidade e o crime também faziam parte do cotidiano dos imigrantes portugueses.

Muitas outras histórias foram recuperadas, mas o que de mais interessante ficou do trabalho de Lená Menezes é a confirmação de que a maioria dos imigrantes que chegaram pobres mantiveram-se ao longo da vida, posicionados como mão-obra-barata em serviços antes realizados por escravos. Mais ainda, a autora mostra, através da análise dos processos de expulsão, as tendências globais da imigração para a cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, onde os portugueses, seguidos por italianos e espanhóis, provenientes de áreas rurais, constituíram a maioria dos que se destinavam à capital da república.

⁷ Ver Menezes, L.M. Indesejáveis desclassificados da modernidade: protesto crime e expulsão da capital federal (1890-1930). RJ: ESDUERJ, 1997.

Sublinhe-se também que, na opinião de Menezes, a conjunção de condicionantes estruturais relativas à posse e divisão da terra com fatores conjunturais, juntamente com o exemplo dado pelos “Brasileiros” de torna-viagem, envolvidos no manto dos sucessos obtidos no além-mar, constituíram fatores que pressionaram a população portuguesa rural a emigrar (Menezes 1997):7-8.

Corroborando também as estatísticas mais conhecidas, verifica-se que grande parte dos processados havia entrado no país durante a infância ou adolescência, dados este que a autora confronta com os recenseamentos realizados em 1872 e 1920 que registram o enorme contingente de jovens na faixa dos 12 aos 18 anos no grupo dos estrangeiros.

A conclusão a que chega a autora, e com a qual não podemos deixar de concordar, é que qualquer estudo sobre imigração estará incompleto se contemplar apenas a história dos sucessos, pois além das vitórias cantadas em prosa e verso pelos que voltaram ricos à terra natal, ou os que se fixaram na nova terra como proprietários, é necessário que o processo seja virado pelo avesso para dar visibilidade à pobreza dos bastidores da imigração (Menezes 1997).

Por fim, cabe uma reflexão sobre as transformações que caracterizaram o Brasil ao longo dos anos oitocentos e início dos anos noventa e que tiveram influência decisiva no perfil do imigrante português que atravessou o Atlântico em busca do eldorado.

A primeira questão é lembrar que a emigração para o Brasil representava uma importante estratégia familiar e de reprodução social como foi sublinhado por diversos autores⁸.

Mais ainda, estes estudos têm mostrado que, pelo menos até as décadas finais dos anos oitocentos, eram necessários recursos consideráveis para se enviar indivíduos ao Brasil, sendo que as despesas entre passaporte, viagem, fiança militar variavam entre 180\$000 a 280\$000 réis o que corresponderia ao ganho obtido em 180 jornas de um trabalhador ou 45 jornas de um operário especializado (Leite 1987).

Até os finais do século XIX os emigrantes portugueses que partiam para o Brasil não estavam entre os indivíduos das camadas mais pobres da população, pelo contrário, alguns trabalhos vêm apontando que o Brasil poderia ser considerado um destino de distinção social, uma vez que eram jovens provenientes de famílias com recursos (famílias de proprietários) que dispunham-se a enviar seus filhos para uma viagem daquele porte. Os pobres, também migrariam, mas teriam como destino outras regiões de Portugal, como o Alentejo (Monteiro 2000).

Mais ainda, admite-se que os jovens seriam preparados para empreender tal viagem, e os níveis de alfabetização dos emigrantes mostram a diferença que os separava do restante da população: enquanto que nos finais do século XIX 20% da população portuguesa era alfabetizada, 64% dos emigrantes que saíram do concelho de Fafe eram alfabetizados (Monteiro 2000), em Viana do Castelo a saída de analfabetos era rara até 1850, e nula entre 1836 e 1847, admitindo-se que 76% dos emigrantes eram alfabetizados (Rodrigues 1995); para o concelho de Famalicão, entre 1873 e 1877 89% dos emigrantes eram alfabetizados (Lages 1999; Lages 1998).

Portanto a figura do emigrante ao longo do século XIX está longe da imagem de desclassificado social, de marginal ou de miserável. De fato, se recordarmos o número de imigrantes portugueses entrados no Brasil, vemos como os números eram bem mais

⁸ (Alves 1994; Brandão 1994; Rowland 1998), (Scott 1999) (Monteiro 2000)

modestos, indicando uma emigração/imigração muito mais seletiva, o que está em acordo com os dados referidos acima.

Talvez por isso mesmo tenha se vulgarizado a figura do Brasileiro. Eram poucos os que saíam, quando o faziam, estavam em condições extremamente favoráveis. Desta forma, retornar à terra natal ostentando riqueza, atuando como benemérito, filantropo, e capitalista que vinha dinamizar a economia e a sociedade, era muito mais factível para estes indivíduos, que já pertenciam a um grupo privilegiado. Em síntese, o perfil do emigrante português que veio para o Brasil ao longo do século XIX era o de um jovem do sexo masculino, alfabetizado, e proveniente de uma família com recursos para arcar com as despesas de viagem e instalação no Brasil que tinha, muito provavelmente como destino principal a cidade do Rio de Janeiro.

A partir do final do século XIX e inícios do século XX, com a entrada maciça do imigrante português modifica-se este perfil. Tem início a imigração subsidiada pelo estado que, como vimos, procurava repor a mão-de-obra necessária à expansão da lavoura de café, principalmente para as fazendas no Província e depois Estado de São Paulo.

Neste contexto, o perfil transforma-se muito, cedendo lugar ao caudal de imigrantes menos preparados, mas embalados pelas imagens de sucesso gravadas em seu universo mental. Esse fluxo será formado, em sua maioria, por indivíduos jovens, que viajam sós, e que provinham de camadas sociais mais humildes e que portanto dispunham de um grau menor de instrução e preparo para as atividades ligadas ao mundo urbano. Eles engrossarão as fileiras dos que irão bater às portas das instituições beneficentes e assistências que proliferarão nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O grande desafio que ainda aguarda uma resposta mais consequente dos investigadores é aquele de recuperar as trajetórias desses indivíduos que compunham as “sobras do arranjo social”, procurando encontrar suas raízes familiares na terra de origem, pois os imigrantes portugueses bem-sucedidos, de uma forma ou de outra têm seus percursos de vida um pouco melhor explorados através dos estudos que já vieram à público. Nosso interesse atualmente está concentrado no aprofundamento dos estudos sobre os imigrantes portugueses em São Paulo. Estamos a desenvolver no Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) – Universidade do Minho, um projeto de investigação que intitula-se “As duas faces da emigração para o Brasil: os bem-sucedidos e os outros”, que está a levantar fontes nos dois lados do percurso seguido pela população portuguesa migrante (tendo como ponto de partida as freguesias do Minho).

No Brasil estamos coletando a documentação de interesse depositada em algumas instituições como o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o arquivo da antiga Hospedaria dos Imigrantes (no Memorial do Imigrante) e acervo da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo, para o qual obtivemos especial permissão para consulta à preciosas fontes documentais lá conservadas⁹.

Uma investigação como esta, feita na base da cooperação entre pesquisadores de ambos os países, parece ser o caminho mais adequado a ser seguido e, sem dúvida, no

⁹ Nesta oportunidade gostaria de externar os meus agradecimentos à Diretoria administrativa desta instituição, na pessoa de seu Presidente, Engenheiro Antonio Ermírio de Moraes e, em especial, ao Senhor Professor João Alves das Neves, que desde o primeiro momento intercedeu à nosso favor para que obtivéssemos a permissão de aceder à documentação lá depositada. Desejo ainda agradecer ao Sr. Homero Ferreira, por sua presteza em disponibilizar alguns dos materiais consultados.

futuro poderá contribuir para um melhor conhecimento das diversas facetas da emigração/imigração portuguesa para o Brasil.

Referências

- 1997a. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2).
- 1997b. Fontes para estudos da entrada de estrangeiros e imigrantes no Brasil. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2):119-128.
- Alves, Jorge Fernandes. 1994. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto.
- Alves, Jorge Fernandes, ed. 1999a. *Os "Brasileiros" da Emigração*. V.N. de Famalicão: Câmara Municipal de V.N. de Famalicão.
- Alves, Jorge Fernandes. 1999b. Os "Brasileiros" da Emigração no Norte de Portugal. In *Os Brasileiros da Emigração*, edited by J. F. Alves. Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Bacellar, Carlos de Almeida Prado. 1997. *Senhores da Terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista (1765-1855)*. Campinas: Centro de Memória - UNICAMP.
- Bassanezi, Maria Silvia (org). 1999. São Paulo do Passado: dados demográficos. Campinas: NEPO/UNICAMP.
- Brandão, Maria de Fátima. 1994. *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*. Vol. 6, *Biblioteca das Ciências do Homem*. Porto: Afrontamento.
- Frutuoso, Maria Suzel Gil. 1990. Emigração Portuguesa e sua influência no caso do Brasil: o caso de Santos, 1850-1950. Mestrado, Depto de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Klein, Herbert S. 1994. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré / FAPESP.
- Lages, José Manuel. 1999. Os Emigrantes de Vila Nova de Famalicão. O seu papel na Confraria de Nossa Senhora do Carmo. In *Os "Brasileiros" da Emigração*, edited by J. F. Alves. V.N. de Famalicão: Câmara Municipal de V.N. de Famalicão.
- Lages, José Manuel Gonçalves da Silva. 1998. A Confraria de Nossa Senhora do Carmo, a influência no Vale do este e o papel dos "Brasileiros". Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Leite, Joaquim Costa. 1987. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social* XXIII (97):463-480.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. 1994. *Portugueses en Brasil en el siglo XX*. Madrid: Editorial MAPFRE.
- Marcílio, Maria Luiza. 1986. A população do Brasil em perspectiva histórica. In *Brasil: História Econômica e Demográfica*, edited by I. D. N. d. Costa. São Paulo: IPE/USP.
- Matos, Maria Izilda Santos. 1993. Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho São Paulo 1890-1930. In *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, edited by M. B. N. Silva, M. I. Baganha, M. J. Maranhão and M. H. Pereira. Lisboa: Fragmentos.

- Menezes, Lená Medeiros de. 1997. Bastidores: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2):03-16.
- Monteiro, Miguel. 1998. Mobilidade Geográfica e Desigualdade Social. Brasil destino de distinção. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* XVI (1):97-136.
- Monteiro, Miguel. 2000. *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*. Fafe: NEPS - Universidade do Minho.
- Nobre, Antonio Goes. 1919. *Esboço Histórico da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficencia*. 2 vols. Vol. 1. São Paulo: Cia. Paulista de Papeis e Artes Graficas.
- Peres, Elena Pájaro. 1997. Proverbial hospitalidade? A revista de Imigração e Colonização e o discurso oficial sobre o imigrante (1945-1955). *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2):53-70.
- Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 2000. *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Ribeiro, Gladys Sabina. 1987. "Cabras" e "Pés-de-Chumbo": os rolos do tempo, o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Mestrado, Depto de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Ribeiro, Gladys Sabina. 1997. Inimigos mascarados com o título de cidadãos. A vigilância e o controle sobre os portugueses no Rio de Janeiro no Primeiro Reinado. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2):71-96.
- Rodrigues, Henrique. 1995. *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo.
- Rowland, Robert. 1998. Velhos e Novos Brasis. In *História da Expansão Portuguesa*, edited by F. Bethencourt and K. Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Santos, Luiz Cláudio Machado dos. 1993a. A emigração portuguesa e a formação da comunidade lusa no Brasil (1850-1930). Mestrado, Depto de História, Universidade de Brasília, Brasília.
- Santos, Rosane V A. 1993b. A emigração portuguesa no contexto da economia cafeeira 1870-1890. Mestrado, Depto de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Scott, Ana Silvia Volpi. 1987. Dinâmica Familiar da Elite Paulista (1765-1836). Mestrado, Universidade de São Paulo.
- Scott, Ana Silvia Volpi. 1999. *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Vol. 6, *Colecção Monografias*. Guimarães: NEPS/Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho.
- Secretaria da Agricultura, Estado de São Paulo. 1950. *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização* (5).
- Silva, Fernando Teixeira da. 1997a. Imigração Portuguesa e Movimento Operário no Brasil. Fontes e Arquivos de Lisboa. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2):97-108.
- Silva, Joaquim Norberto de Souza e. 1986. *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império*. W: IPE/USP.
- Silva, Maria Beatriz Nizza. 1984. Uma lacuna na historiografia Luso-Brasileira: a imigração portuguesa no Brasil. Paper read at III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, at São paulo.

- Silva, Maria Manuela Ramos de Souza. 1991. "Ambição e horror à farda" ou a saga dos imigrantes portugueses no Brasil, segundo a Gazeta Lusitana (1883-1889). Doutorado, Depto de História, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, Maria Manuela R de Souza. 1997b. Portugueses no Brasil. Imaginário e táticas cotidianas (1880-1895). *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2):109-118.
- Vasconcellos, Henrique Doria de. 1937. Movimento Migratorio do Estado de São Paulo (Commentarios sobre os dados estatísticos referentes ao periodo de 1827-1936. *D.T.C.I. Boletim Geral da Directoria de Terras, Colonização e Imigração*:29-126 (mais estatísticas e gráficos).